

# ANALES DE ECONOMÍA APLICADA

# 2010

Número XXIV

Martín Sevilla Jiménez  
Teresa Torregrosa Martí  
(Coordinadores)



ASEPELT son las siglas de la Asociación Científica Internacional de Economía Aplicada. El objetivo de la Asociación, recogido en sus estatutos y que inspira su actividad, es organizar, promover y favorecer trabajos originales de carácter científico en el dominio de la Economía Aplicada.

Para ello, desde la Asociación se definen las siguientes líneas de actuación:

1. El intercambio de información, entre sus miembros, de sus trabajos de investigación.
2. La publicación de una Revista Científica: "Estudios de Economía Aplicada".
3. La publicación de selecciones de artículos o de obras colectivas.
4. La organización de seminarios, coloquios o congresos.

La Asociación se convierte, de esta manera, en un foro abierto al intercambio y debate de las distintas ideas y aportaciones científicas, que se desarrollan tanto en el ámbito universitario como en el empresarial, dentro del campo de la Economía Aplicada.

Las Reuniones Anuales de la Asociación, punto de encuentro de un elevado número de investigadores involucrados en estas cuestiones, proporcionan un medio excepcional para el mejor conocimiento mutuo, embrión de futuras colaboraciones.

Esta publicación ANALES DE ECONOMÍA APLICADA es la expresión del camino que están tomando las nuevas iniciativas en el ámbito de la investigación y de la innovación en Economía Aplicada.

## **ANALES DE ECONOMÍA APLICADA**

Año 2010 - Número XXIV

© 2010 ASEPELT

© 2010 Delta Publicaciones Universitarias

Reservados todos los derechos. El contenido de esta publicación, tanto de la obra escrita como electrónica, puede ser utilizado, de común acuerdo con ASEPELT y DELTA PUBLICACIONES, para usos exclusivamente particulares y/o profesionales y, en ningún caso, comerciales.

ISBN: 978-84-92954-15-5

Depósito Legal:

**Preimpresión:** Delta Publicaciones

**Impresión:** CimaPress

# A IMPORTÂNCIA ECONÓMICA DO TURISMO NO PÓLO TURÍSTICO DA SERRA DA ESTRELA

Ermelinda Oliveira (ermelindaol@ipg.pt)  
Instituto Politécnico da Guarda  
Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 50, 6300-559 Guarda, Portugal

José R. Pires Manso (pmanso@ubi.pt)  
Universidade da Beira Interior  
Estrada do Sineiro s/n 6200-209 Covilhã, Portugal

## Resumo

O turismo é um dos sectores mais importantes da economia portuguesa, assumindo cada vez mais o papel crucial de motor de desenvolvimento económico das regiões e do país. Em 2008 uma reorganização administrativa substituiu as dezanove regiões de turismo existentes por cinco Pólos de Desenvolvimento Turístico (PDT); a Serra da Estrela, PDTSE, é um desses pólos. Dotado de recursos naturais e de condições paisagísticas únicas, o PDTSE assume um papel decisivo no desenvolvimento da região. Assim, face à importância estratégica deste sector e ao papel que a actividade hoteleira detém nesta região, a presente investigação analisa a oferta de estabelecimentos hoteleiros e a procura turística existentes na região, reflectindo ainda sobre a importância deste sector e o seu contributo para o desenvolvimento económico da região e do País. Em termos metodológicos o artigo usa um inquérito para recolher os dados junto dos hotéis e recorre ao SPSS e a técnicas simples para fazer a tipologia da oferta e da procura e para identificar as estratégias seguidas pelos *stakeholders*. Esta investigação é tanto mais relevante quanto este sector aparece cada vez mais como uma das chaves para o desenvolvimento racional e equilibrado da região e do País.

**Palavras-chave:** Turismo, desenvolvimento sustentável, oferta, procura, economia regional

**Área Temática:** Economia urbana, regional e local

## Abstract

The nowadays' tourism is one of the main sectors of the Portuguese economy, being even considered a real engine for the promotion of economic development, either regional or national. In 2008, an administrative process substituted the nineteen small tourism regions by five tourism agencies, *Pólo de Desenvolvimento Turístico* (PDT); one of them is the PDT of the *Serra da Estrela*, PDTSE, with a wider geographical area than the old *Serra da Estrela* Tourism Region. With unique natural and scenic resources, the PDTSE has now a decisive role on the regional development. Taking in account this strategically sector and the role that the hotel business has inside this region, this research studies either the regional hotel supply or the tourism demand, and reflects on the importance of this sector and its contribution to the economical development of the inner region. In methodological terms the article uses an enquiry to collect tourism supply and demand data and uses the SPSS and simple techniques to obtain supply and demand typologies and the strategies followed by the two stakeholders. This research is relevant once we know the importance of this sector for sustainable development either of the region or of the country.

**Key words:** Tourism, sustainable development, supply, demand, regional economics.

**Thematic Area:** Urban, regional and local economics

# **A IMPORTÂNCIA ECONÓMICA DO TURISMO NO PÓLO TURÍSTICO DA SERRA DA ESTRELA**

## **1. INTRODUÇÃO**

O desenvolvimento e o crescimento da actividade turística tem-se revelado como uma das principais causas do desenvolvimento das regiões e dos países. Pelas suas características intrínsecas, trata-se de uma actividade dinamizadora das actividades económicas regionais e locais, e tem crescido de uma forma relativamente rápida tanto no estrangeiro como em Portugal. Contudo, ao tratar-se de um sector económico gerador de benefícios e também de custos, é desejável que ele se desenvolva de uma forma sustentável.

Em 2008, com a publicação do Decreto-Lei n.º67/2008, de 10 de Abril, procedeu-se a uma reorganização das Entidades Públicas Regionais com responsabilidades na área do turismo, passando-se de dezanove regiões do turismo para apenas cinco áreas regionais e seis pólos de desenvolvimento turístico, sendo um deles o Pólo de Desenvolvimento Turístico da Serra da Estrela.

Dotado de recursos naturais e de condições paisagísticas únicas, o PDTSE assume um papel decisivo no desenvolvimento da região. Assim, face à importância estratégica deste sector e ao papel que a actividade hoteleira detém nesta região, a presente investigação tem como objectivo reflectir sobre a importância deste sector e o seu contributo para o desenvolvimento económico da região.

## **2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO**

Para perceber as origens e o conceito de turismo sustentável, em primeiro lugar é necessário compreender o conceito de desenvolvimento sustentável, bem como a evolução que o próprio conceito sofreu ao longo do tempo. Apesar de o debate sobre o conceito ser

recente, na vasta literatura sobre o tema, encontram-se várias abordagens relativas quer à origem, quer à própria definição do conceito de desenvolvimento sustentável.

Segundo Hardy e Beeton (2001), o conceito de desenvolvimento sustentável surgiu como um modelo de contradição, entre o crescimento económico e a protecção ambiental. Porém, o Relatório Brundtland (1987) que tem como título “Nosso Futuro Comum”, sugeriu uma forma de aliar a protecção do ambiente ao desenvolvimento económico.

No Relatório Brundtland foi relatada uma visão crítica do modelo de desenvolvimento até então adoptado pelos países industrializados e depois copiado pelos países em vias de desenvolvimento. Segundo o referido relatório, esse modelo de desenvolvimento apostava num consumo excessivo de recursos naturais sem ter em conta a capacidade dos ecossistemas, o que deixava já à vista uma incompatibilidade entre um modelo de desenvolvimento dito sustentável e os padrões de produção e consumo existentes naquela altura da década de 80.

Perante este cenário, o Relatório Brundtland alertou o mundo para a necessidade urgente em introduzir alterações ao nível do modelo de desenvolvimento económico de forma que este conduzisse a um desenvolvimento sustentável. Aliás, este Relatório apresentou a primeira e mais consensual definição de Desenvolvimento Sustentável: desenvolvimento que responde às necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade de satisfazer idênticas necessidades das gerações futuras. Como forma de promover o desenvolvimento sustentável, o referido relatório enunciou uma série de medidas a serem tidas em conta pelos diversos países. Desde então, o conceito de sustentabilidade adquiriu uma importância primordial sendo, actualmente, o grande desafio dos mentores da política económica dos países: criar comunidades sustentáveis, isto é, criar ambientes sociais e económicos que permitam satisfazer as necessidades da humanidade sem prejudicar as aspirações das gerações futuras.

O conceito de desenvolvimento sustentável, não pode deixar de estender-se também ao turismo. O debate sobre a sustentabilidade do turismo foi claramente influenciado pela evolução do conceito de desenvolvimento sustentável, pois foi após ter sido publicado o Relatório Brundtland, que apareceu pela primeira vez, nos finais da década de 80, o termo

turismo sustentável. Desde então, tem-se verificado uma preocupação crescente com a sustentabilidade da actividade turística.

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), o desenvolvimento do turismo sustentável, é propiciador do desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável do turismo é um meio para diminuir as assimetrias regionais existentes entre os países e no interior dos países, na medida em que este vai de encontro às necessidades das regiões turísticas, já que protege e aumenta as oportunidades de desenvolvimento dessas mesmas regiões. Por outro lado, e segundo a mesma organização, as directrizes para o desenvolvimento sustentável do turismo e as práticas de gestão aplicam-se a todas as formas de turismo. Nesse sentido, em todas as formas de turismo deve:

- Optimizar-se o uso dos recursos ambientais, mantendo-se os processos ecológicos essenciais;
- Ajudar a conservar os recursos naturais e a biodiversidade biológica;
- Respeitar a autenticidade sócio-cultural das comunidades receptoras, conservar as suas culturas arquitectónicas e seus valores tradicionais; e
- Assegurar actividades viáveis a longo prazo, que reportem benefícios socioeconómicos a todos os agentes.

Existindo concordância mundial, relativamente ao facto de ser necessário promover um desenvolvimento sustentável do turismo, também existe concordância no entendimento de que o turismo, para se poder desenvolver de uma forma sustentável, tem de se afirmar em quatro pilares fundamentais, concretamente:

- **Sustentabilidade Ambiental:** sendo a principal fonte de matéria-prima da actividade turística, pretende-se um equilíbrio entre a actividade humana, o desenvolvimento e a protecção do ambiente, de forma a aumentar os recursos naturais e a limitar os ambientalmente prejudiciais;
- **Sustentabilidade Económica:** tendo presentes todas as interdependências da cadeia produtiva, deve-se promover uma melhor utilização dos recursos e uma gestão mais eficiente;

- **Sustentabilidade Social:** dada a abrangência desta actividade, deve-se atender a comunidade receptora, o património histórico-cultural e a sua interacção com os visitantes, de forma a aumentar a auto-estima e o padrão de vida das comunidades locais, respeitando as tradições culturais;
- **Sustentabilidade Política:** pretendendo-se uma estratégia que possibilite coordenar todas as iniciativas, de âmbito nacional e local, de forma a permitir a redução/anulação das assimetrias regionais e que favoreça o desenvolvimento sustentável do País como um todo.

É nesta linha que se pretende que Portugal seja não só um país competitivo e moderno, *“mas também um País com mais qualidade ambiental, mais equilibrado e coeso territorialmente, onde as populações encontrem qualidade de vida e as actividades económicas se desenvolvam no respeito pelos valores ambientais e de sustentabilidade”* (MOPTC, 2005: 55).

Para Silva (2000: 54), é ponto assente que *“o desenvolvimento racional e equilibrado do turismo é fundamental para ao nosso país, já que, tratando-se de um sector gerador de infra-estruturas, de equipamentos, de actividades e emprego, pode proporcionar uma verdadeira cadeia de riqueza com repercussões directas nas economias regionais e na economia nacional, onde, no conjunto dos seus ramos directos e indirectos, já possui um peso superior a outros sectores significativos na nossa estrutura de especialização económica”*.

Tendo presente a importância estratégica que o turismo assume no desenvolvimento das regiões e dos países, no mês de Abril de 2008, em Portugal, procedeu-se a uma reorganização das Entidades Públicas Regionais com responsabilidades na área do turismo, que determinou alterações nas regiões de turismo e a criação de pólos de desenvolvimento turístico. A estas novas entidades vai competir, a valorização turística e o aproveitamento sustentado dos recursos turísticos das respectivas áreas.

### **3. O PÓLO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO “TURISMO DA SERRA DA ESTRELA”**

Em 2008, com a publicação do Decreto-Lei n.º67/2008, de 10 de Abril, procedeu-se a uma reorganização das Entidades Públicas Regionais com responsabilidades na área do turismo, passando-se de dezanove<sup>1</sup> regiões do turismo para apenas 5 áreas regionais que reflectem as unidades territoriais utilizadas para fins estatísticos NUTS II – Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve. Para além das cinco áreas regionais, de acordo com o artigo 4º do Decreto-Lei n.º 67/2008 (MEI, 2008: 2172), “nas áreas regionais de turismo definidas no artigo 2.º são criados os pólos de desenvolvimento turístico” (Douro, Serra da Estrela, Leiria-Fátima, Oeste, Alentejo Litoral e Alqueva).

Assim, para além das duas direcções regionais do turismo (regiões autónomas dos Açores e da Madeira), actualmente, temos onze entidades regionais de turismo que asseguram o desenvolvimento do turismo no território continental (Quadro 1).

**Quadro1 - Entidades Públicas Regionais com responsabilidade na área do turismo.**

<b>Regiões Turísticas</b>	<b>Pólos de desenvolvimento turístico</b>
Turismo do Porto e Norte de Portugal	Turismo do Douro
Turismo do Centro de Portugal	Turismo da Serra da Estrela
Turismo de Lisboa e Vale do Tejo	Turismo de Leiria – Fátima
Turismo do Alentejo, E.R.T	Turismo do Oeste
Turismo do Algarve	Turismo Terras do Grande Lago Alqueva – Alentejo
	Turismo do Alentejo Litoral

Fonte: MEI (2008).

Em termos de enquadramento geográfico, o Pólo de Desenvolvimento Turístico da Serra da Estrela é formado por quinze Concelhos pertencentes a dois Distritos distintos, ao

<sup>1</sup> As antigas dezanove regiões do turismo: Algarve, Alto Douro (Costa Verde), Alto Tâmega e Barroso, Centro, Dão Lafões; Douro Sul, Évora, Leiria-Fátima, Nordeste Transmontano, Oeste, Planície Dourada, Ribatejo, Rota da Luz, São Mamede (Norte Alentejo), Serra da Estrela, Serra do Marrão, Setúbal (Costa Azul), Templários (Floresta Central e Albufeiras) e Verde Minho.



Distrito da Guarda e ao Distrito de Castelo Branco e encontra-se totalmente integrado na Região Centro (NUT II).

O Distrito da Guarda possui uma superfície total de 5 534 km<sup>2</sup>, dimensão geográfica que corresponde aproximadamente a 23% da Região Centro e 6% do território nacional. Constituído por catorze concelhos, o Distrito da Guarda encontra-se dividido em termos de regiões (NUT II) e sub-regiões (NUT III). Enquanto que o seu Concelho mais a Norte (Vila Nova de Foz Côa) pertence à região Norte e está inserido na sub-região Douro, os restantes pertencem todas à região Centro do País, repartidos por três NUT III (Beira Interior Norte, Dão-Lafões e Serra da Estrela) (Quadro2).

**Quadro 2 – Área Total, Concelhos e Freguesias do Distrito da Guarda.**

NUT II	NUT III	Concelhos do Distrito da Guarda	Área Total Km <sup>2</sup>	Número de Freguesias
<b>Região Norte</b>	Douro	Vil Nova de Foz Côa	395,9	17
<b>Região Centro</b>	Beira Interior Norte	Almeida	518,0	29
		Celorico da Beira	247,2	22
		Figueira Castelo Rodrigo	508,6	17
		Guarda	712,1	55
		Manteigas	122,0	4
		Meda	286,1	16
		Pinhel	484,5	27
		Sabugal	822,7	40
		Trancoso	361,5	29
	Dão-Lafões	Aguiar da Beira	206,8	13
	Serra da Estrela	Fornos de Algodres	131,5	16
Gouveia		300,6	22	
Seia		435,7	29	
<b>Total</b>		<b>14 Concelhos</b>	<b>5 533,2</b>	<b>336</b>

Fonte: INE (2009) Anuário Estatístico da Região Centro 2008, INE

Analisando as NUT III, é na NUT Beira Interior Norte que 73,5% da sua área se situa ficando apenas 7,1% no Douro, 15,7% na sub-região Serra da Estrela e 3,7% em Dão-Lafões. Em termos geográficos o Distrito em causa, limita a Norte com o Distrito de Bragança, a Leste com Espanha, a Sul com o Distrito de Castelo Branco e a Oeste com os Distritos de Coimbra e Viseu.

Na actual divisão principal do país, o Distrito de Castelo Branco encontra-se totalmente integrado na Região Centro e dividido em três sub-regiões nomeadamente, Beira Interior Sul, Cova da Beira e Pinhal Interior Sul (Quadro 3). Analisando a composição do Distrito

por NUT`s III, cerca de 56,6% da área do Distrito de Castelo Branco faz parte da Beira Interior Sul. Em termos geográficos o distrito em causa, limita a Norte com o Distrito da Guarda, a leste com Espanha, a sul com o Distrito de Santarém e de Portalegre e com a vizinha Espanha e, por último, a oeste com os Distritos de Coimbra e Viseu.

**Quadro 3 – Área Total, Concelhos e Freguesias do Distrito de Castelo Branco (2008).**

NUT II	NUT III	Concelhos do Distrito de Castelo Branco	Área Total Km <sup>2</sup>	Número de Freguesias
<b>Região Centro</b>	Beira Interior Sul	Castelo Branco	1438,2	25
		Idanha-a-Nova	1416,3	17
		Penamacor	563,8	12
		Vila velha de Ródão	329,9	4
	Cova da Beira	Belmonte	118,8	5
		Covilhã	555,6	31
		Fundão	700,1	31
	Pinhal Interior Sul	Oleiros	471,1	12
		Proença-a-Nova	395,4	6
		Sertã	446,7	14
Vila de Rei		191,5	3	
<b>Total</b>		<b>11 Concelhos</b>	<b>6627,4</b>	<b>160</b>

Fonte: INE (2009) Anuário Estatístico da Região Centro 2008, INE

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 67/2008, de 10 de Abril, a região de Turismo da Serra da Estrela foi extinta passando a ser um Pólo de Desenvolvimento Turístico integrado na área regional de turismo do centro. Para além da denominação ser diferente, a sua composição concelhia também sofreu alterações.

Com a entrada em vigor da nova legislação, o Pólo de Desenvolvimento Turístico da Serra da Estrela passa a integrar os municípios de Fornos de Algodres, Gouveia e Seia (Serra da Estrela), Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal e Trancoso (Beira Interior Norte) e Belmonte, Covilhã e Fundão (Cova da Beira) (Quadro 4). Comparativamente com a antiga região, saíram os Concelhos de Penamacor e Oliveira do Hospital, e entraram os Concelhos do Sabugal, Fornos de Algodres e Figueira de Castelo Rodrigo.

**Quadro 4 – Concelhos do Turismo da Serra da Estrela, por Distritos (2008).**

NUT II	NUT III	Concelhos	Distritos
<b>Região Centro</b>	<b>Beira Interior Norte</b>	Almeida Celorico da Beira Figueira de Castelo Rodrigo Guarda Manteigas Meda Pinhel Sabugal Trancoso	<b>Guarda</b>
	<b>Serra da Estrela</b>	Fornos de Algodres Gouveia Seia	
	<b>Cova da Beira</b>	Belmonte Covilhã Fundão	<b>Castelo Branco</b>

Fonte: MEI (2008).

Analisando a unidade territorial “Serra da Estrela”, em termos da área total abarca 6 305,0 Km<sup>2</sup> repartidos por dois Distritos e quinze concelhos. Contudo, a maior parte da sua área faz parte do Distrito da Guarda, num total de 4 930,5 Km e apenas 1 374,5 km fazem parte do Distrito de Castelo Branco (Quadro 5).

**Quadro 5 – Densidade Populacional, Área Total e Freguesias do Turismo Serra da Estrela (2008).**

Concelhos	Densidade Populacional Habitantes / Km <sup>2</sup>	Área Total Km <sup>2</sup>	Número de Freguesias
Almeida	13,5	518,0	29
Belmonte	65,1	118,8	5
Celorico da Beira	34,7	247,2	16
Covilhã	93,8	555,6	31
Figueira de Castelo Rodrigo	12,9	508,6	17
Fornos de Algodres	39,8	131,5	16
Fundão	44,1	700,1	31
Guarda	62,0	712,1	55
Gouveia	51,0	300,6	22
Manteigas	29,9	122,0	4
Meda	20,0	286,1	16
Pinhel	20,3	484,5	27
Sabugal	16,1	822,7	40
Seia	61,6	435,7	29
Trancoso	28,6	361,5	29
<b>Total</b>	<b>593,4</b>	<b>6 305,0</b>	<b>367</b>

Fonte: INE (2009) Anuário Estatístico da Região Centro 2008, INE.

Sem grande surpresa, onde existe maior densidade populacional é nos Concelhos da Guarda e da Covilhã, facto que se deve ao observado êxodo rural, justificado pela procura de emprego, aproximação dos principais serviços e melhores condições de vida.

Em jeito de conclusão, podemos afirmar que os quinze Concelhos da “Serra da Estrela” não são homogéneos quer em termos da área abrangente, do número de freguesias e também em relação à densidade populacional. A realidade não é diferente quando os Concelhos são analisados ao nível da oferta e da procura turística.

#### **4. A OFERTA E A PROCURA TURÍSTICA NA ENTIDADE “TURISMO DA SERRA DA ESTRELA”**

Pretende-se neste ponto do trabalho analisar a oferta e a procura turística na entidade territorial “Serra da Estrela”. Sendo a hotelaria considerada por muitos como a espinha dorsal da actividade turística, a nossa unidade de análise são os estabelecimentos hoteleiros de interesse para o turismo, nomeadamente os hotéis, hotel-apartamento, motéis, pousadas e estalagens (excluíse da análise as residenciais, pensões e todo o tipo de unidade de alojamento relacionado com o turismo rural). Como se pode observar através do quadro 6, são os hotéis as unidades de alojamento mais representativas no universo em estudo, seguindo-se as pousadas e as estalagens, que existem em igual número.

**Quadro 6 - Distribuição das unidades alojamento, segundo a sua tipologia.**

<b>Tipologia</b>		<b>Número unidades de alojamento</b>
Hotel	4 ****	7
	3 ***	14
	2 **	3
Hotel-Apartamento		2
Estalagem		5
Pousada		5
Motel		1
<b>Total</b>		<b>37</b>

Fazendo-se uma análise por Concelhos, é a Covilhã o Concelho que apresenta maior número de unidades de alojamento (10 unidades), seguindo-se a Guarda, o Fundão e Seia.

Os Concelhos de Fornos de Algodres, Meda e Pinhal são os únicos Concelhos do Pólo que não têm nenhuma unidade de alojamento desta tipologia, pois nestes Concelhos apenas existem residenciais e pensões, bem como, alojamento de turismo rural (Quadro 7). A sua posição geografia, isto é, aproximação do ponto central da Serra da Estrela, bem como o seu grau de desenvolvimento económico, em relação aos restantes Concelhos, esta directamente relacionado com o facto de a Covilhã ser o Concelho com maior número de hotéis. Efectivamente, Covilhã e a Guarda são os Concelhos mais industriais e com o maior número de actividades do sector terciário. Nos outros Concelhos predominam as actividades ligadas ao sector primário.

Quando analisamos a oferta segundo a sua tipologia, são os hotéis de 3 estrelas as unidades que existem em maior número, seguindo-se os hotéis de 4 estrelas e no fim do ranking encontram-se os motéis, existindo apenas um no Concelho da Guarda.

**Quadro 7 – Número de Unidades de Alojamento por Concelho.**

<b>Concelhos</b>	<b>Nº unidades de Alojamento</b>	<b>%</b>	<b>Número de Quartos</b>	<b>Número de Camas</b>
Almeida	2	5,41	55	102
Belmonte	2	5,41	77	150
Celorico da Beira	2	5,41	99	197
Covilhã	10	27,03	774	1 667
Figueira de Castelo Rodrigo	1	2,70	11	23
Fornos de Algodres	0	0,00	0	0
Fundão	5	13,51	466	832
Guarda	6	16,22	297	652
Gouveia	1	2,70	48	93
Manteigas	1	2,70	21	42
Meda	0	0,00	0	0
Pinhel	0	0,00	0	0
Sabugal	1	2,70	51	102
Seia	4	10,81	181	403
Trancoso	2	5,41	79	157
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>100,00</b>	<b>2599</b>	<b>4 420</b>

Em termos do número de camas e do número de quartos, é o Concelho da Covilhã que oferece um maior número de camas e de quartos. Como já foi referido, trata-se do Concelho com maior número de unidades de alojamento. Apesar do concelho da Guarda ser capital de Distrito, o Fundão supera-o em termos do número de camas e do número de quartos. Olhando para a totalidades dos Concelhos com unidades de alojamento, Meda e Figueira de Castelo Rodrigo são os Concelhos onde existe um menor número de camas e quartos (Quadro 7).

De seguida faz-se uma análise à procura turística da região em estudo. Conforme podemos observar no quadro 8, ao longo dos últimos dez anos (1999 -2008), segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o número de dormidas na região “Turismo da Serra da Estrela” apresentou sempre uma tendência crescente.

Quando a análise é feita por Nut`s III, é na Cova da Beira (Concelhos da Covilhã, Fundão e Belmonte) onde, no período em análise, se registou sempre o maior número de dormidas. Para o ano 2008, o número de dormidas na Cova da Beira representou cerca de 57 % do número total de dormidas, na Beira Interior Norte 31 % e na Serra da Estrela cerca de 12 %. Tal como já foi referido, é na Nut Cova da Beira onde existe o maior número de unidades de alojamento, o maior número de camas e o maior número de quartos.

**Quadro 8 - N.º de Dormidas nos Estabelecimentos Hoteleiros no “Turismo da Serra da Estrela”, por Nut`s III, (1999 – 2008)**

<b>Nº de Dormidas</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>
Beira Interior Norte	74 281	92 252	81 228	80 944	75 853
Cova da Beira	126 642	125 704	124 153	119 769	151 951
Serra da Estrela	42 203	44 257	44 634	56 214	51 174
<b>Total</b>	<b>243 126</b>	<b>262 213</b>	<b>250015</b>	<b>256 927</b>	<b>278 978</b>
<b>Nº de Dormidas</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Beira Interior Norte	79 835	108 600	124 573	130 951	138 405
Cova da Beira	165759	168 357	180 096	218 133	249 923
Serra da Estrela	49104	42 755	46 822	48 838	53 704
<b>Total</b>	<b>294 698</b>	<b>319 712</b>	<b>351 491</b>	<b>397 922</b>	<b>442 032</b>

Fonte: : INE: Anuário Estatístico da Região Centro (2000 a 2009), INE.

## **5. O TURISMO DA SERRA DA ESTRELA: O ESTUDO DO CONCELHO DA GUARDA**

Sendo a unidade territorial “Turismo da Serra da Estrela”, formada por quinze Concelhos heterogéneos, neste ponto do trabalho pretende-se analisar, com maior profundidade, apenas o Concelho da Guarda. A metodologia adoptada no desenvolvimento da investigação exigiu a utilização de dados primários. Assim, optou-se pela aplicação do método de investigação quantitativo com o *software* SPSS, utilizando-se como instrumento

de investigação o questionário. Nesta investigação a unidade de análise são todas as unidades de alojamento existentes no Concelho, excluindo-se as unidades relacionadas com o turismo rural. A recolha de dados decorreu de Janeiro a Fevereiro de 2010. Num universo constituído por onze unidades de alojamento, o tamanho da amostra é de 10, tendo-se assim m obtido uma taxa de resposta de 91% (Quadro 9).

**Quadro 9 – Distribuições da amostra, segundo a sua tipologia.**

<b>Tipologia</b>	<b>Amostra</b>	<b>Percentagem</b>
Hotel	3	30,0
Aparthotel	1	10,0
Pensão	2	20,0
Residencial	3	30,0
Motel	1	10,0
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100,0</b>

No que toca à personalidade jurídica das unidades que fazem parte da amostra, 50% são sociedades por quotas, 40% são constituídas sob a forma de empresários em nome individual e 10% (apenas uma unidade) é um estabelecimento individual de responsabilidade limitada (Quadro 10).

**Quadro 10 - Número de unidades inquiridas por personalidade jurídica.**

<b>Personalidade Jurídica</b>	<b>Frequências</b>	<b>Percentagem</b>
Empresário em nome individual	4	40,0
Sociedade por quotas	5	50,0
EIRL	1	10,0
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100,0</b>

Analisando as unidades em relação ao número de quartos e ao número de camas, constatou-se que as unidades de alojamento apresentam grandes diferenças em relação a essas mesmas variáveis. Contudo, e conforme podemos observar através do quadro seguinte, apenas os hotéis têm um número de quartos superior a cinquenta. No total, as dez unidades em estudo representam 418 quartos e 731 camas. Quanto ao número de quartos, 59,1% (247quartos) são de hotéis, seguindo-se as residenciais com 84 quartos, as pensões com 51, a motel com 24 e, por último, existem 12 quartos em Aparthotel.. No que diz respeito ao número de camas, das 731 camas, cerca de 63% são dos hotéis.

**Quadro 11 - Número de unidades inquiridas por número de quartos.**

<b>Tipologia</b>	<b>&gt;=10</b>	<b>11 a 30</b>	<b>30 a 50</b>	<b>&gt;50</b>	<b>Total</b>
Hotel				3	3
Aparthotel		1			1
Motel		1			1
Pensão		1	1		2
Residencial		2	1		3
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>10</b>

Foi pedido aos inquiridos(os empresariais das unidades de alojamento) para indicarem a actividade, que na sua opinião, apresenta maior potencial de crescimento na região. As actividades referidas como aquelas de apresentam maior potencial de crescimento foram as seguintes: agricultura/produção animal, restauração e similares, o termalismo, actividades desportivas e recreativas, os lacticínios e a hotelaria. Apesar de um pouco dispersas, as actividades que foram mais vezes referidas, como sendo as actividades com maior potencial de crescimento e desenvolvimento, foram a restauração e similares, seguindo-se os lacticínios e a hotelaria (Quadro 12).

#### **Quadro 12 - Actividades económicas com maior potencial de crescimento.**

	<b>Frequências</b>	<b>Percentagem</b>
Agricultura / Produção animal	1	10,0
Restauração e similares	3	30,0
Termalismo	1	10,0
Actividades desportivas e recreativas	1	10,0
Lacticínios	2	20,0
Hotelaria	2	20,0
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100,0</b>

Também foi pedido aos inquiridos que manifestassem a sua opinião sobre o desenvolvimento do turismo na região onde se localiza a sua unidade de alojamento. Assim, quando questionados sobre o desenvolvimento do turismo da sua região, 60% dos inquiridos responderem “Insatisfatório” e 40% “Satisfatório”, não existindo qualquer resposta que indica-se o grau de “Bastante Satisfatório” ou de “Muito Satisfatório”.

Perguntou-se a opinião dos inquiridos relativamente a um conjunto de vinte e duas afirmações sobre o turismo, com o objectivo de avaliar as suas percepções quanto aos impactes do turismo em Portugal, e em particular, na sua região (Quadro 13).



**Quadro 13 – Opinião dos inquiridos em relação a um conjunto de afirmações sobre o turismo.**

O turismo tem:	A Nível regional		A Nível nacional	
	Sim	Não	Sim	Não
Contribuído para aumentar a qualificação dos recursos humanos.	8	2	10	0
Contribuído para aumentar o consumo de bens e serviços produzidos na região ou país.	8	2	9	1
Contribuído para aumentar quantitativa e qualitativamente as infra-estruturas e os serviços básicos.	9	1	10	0
Contribuído para aumentar a oferta na área do desporto, da cultura e do lazer.	9	1	9	1
Contribuído para melhorar da qualidade de vida dos residentes pelo rendimento gerado.	8	2	9	1
Aumentado as oportunidades de emprego oferecidas à população residente.	9	1	9	1
Criado novas oportunidades de negócio.	10	0	10	0
Impulsionado o desenvolvimento e o crescimento de outros sectores de actividade.	8	2	10	0
Favorecido o planeamento e o ordenamento do território.	6	4	8	2
Ajudado a preservar e a divulgar a cultura e as tradições locais.	8	2	9	1
Contribuído para fixar as pessoas às regiões.	3	7	6	4
Ajudado a desenvolver económica e socialmente as regiões.	7	3	9	1
Contribuído para aumentar a insegurança e a criminalidade.	3	7	5	5
Contribuído para diminuir a qualidade do ambiente.	2	8	3	7
Criado problemas paisagísticos.	2	8	5	5
Criado problemas urbanísticos.	3	7	6	4
Sido responsável pela destruição da biodiversidade.	2	8	4	6
Provocado a subida do preço dos bens em geral.	2	8	5	5
Sido responsável pelo aumento da quantidade de lixos.	4	6	6	4
Agravado as desigualdades sociais (porque os benefícios económicos do turismo se destinam apenas a determinadas pessoas).	5	5	4	6
Levado à perda de identidade cultural da região.	2	8	1	9
Provocado a deterioração de locais de interesse histórico e cultural.	4	6	3	7

Quer a nível regional, quer a nível nacional, o efeito do turismo na criação de novas oportunidades de negócio e no aumento das oportunidades de emprego, foram os efeitos que mereceram maior concordância por parte dos inquiridos. Pela negativa, segundo os inquiridos o turismo tem criado mais problemas urbanísticos a nível nacional do que a nível regional.

Analisando o quadro 13, podemos concluir que, de um modo geral, os inquiridos são de opinião que o turismo de um tem mais impactes positivos do que negativos, quer a nível nacional, quer a nível regional.

Assim, e segundo os empresários, o turismo tem contribuído para aumentar o consumo de bens e serviços produzidos na região ou no país, tem contribuído para aumentar quantitativa e qualitativamente as infra-estruturas e os serviços básicos, impulsionado o desenvolvimento e o crescimento de outros sectores de actividade e ajudado a desenvolver económica e socialmente as regiões.

De seguida, perguntou-se a opinião dos inquiridos relativamente a um conjunto de medidas tomadas na região, com o objectivo de estimular a atractividade e aumentar a competitividade turística na sua região (Quadro 14).

No conjunto das catorze medidas em análise, segundo os inquiridos nenhuma medida tem sido “Muito satisfatória”. Por outro lado, foram referidas sete medidas como “Muito insatisfatórias”. Medidas no sentido de favorecer o planeamento e o ordenamento do território, as medidas que visam criar factores distintivos na região ou de conceber novos produtos e serviços turísticos centrados na sustentabilidade, são aquelas que segundo os inquiridos são mais referidas como insatisfatórias. Por outro lado, as medidas que visam desenvolver o turismo reflectindo as opiniões da comunidade local, na opinião dos inquiridos, são aquelas que são mais satisfatórias.

**Quadro 14 - Opinião dos inquiridos em relação a um conjunto de medidas tomadas na sua região, para aumentar a competitividade turística.**

	Muito insatisfatórias	Insatisfatórias	Satisfatórias	Bastante satisfatórias	Muito satisfatórias
Preservar e valorizar o património cultural	0	1	7	1	1
Preservar e valorizar o património natural		1	8		1
Favorecer o planeamento e ordenação do território	1	4	4	1	
Valorizar o papel das cidades como factor de desenvolvimento sustentado do turismo	1	3	4	1	1
Conceber novos produtos e serviços turísticos centrados na sustentabilidade	2	4	3	1	
Criar factores distintivos (história, cultura, gastronomia)	2	4	3	1	
Aumentar a qualidade dos serviços prestados	1	2	6	1	
Aumentar a hospitalidade por parte dos residentes	1	3	5	1	
Aumentar os meios de divulgação	1	5	3	1	
Aumentar a qualidade do ambiente		3	6	1	
Envolver os turistas nas questões ambientais		6	3	1	
Envolver a comunidade local nas questões ambientais		5	5		
Promover uma ampla distribuição dos benefícios do turismo pela comunidade local		6	4		
Desenvolver o turismo reflectindo as opiniões da comunidade local		1	7	2	

Pedi-se aos inquiridos que indicam-se, por ordem decrescente de importância, cinco medidas que, na sua opinião, devem ser tomadas para aumentar a competitividade turística da sua região. No total das respostas, obteve-se um conjunto de treze medidas que deviam ser promovidas na região em estudo (Quadro 15).

Conforme podemos observar no quadro seguinte, “divulgar a nível nacional e internacional a região” foi a medida que mais vezes foi referida, como a primeira medida a ser necessário implementar na região. Contudo, seguindo os inquiridos é de extrema importância para a região criar novos produtos regionais e divulgar mais aqueles que já existem, diversificar em termos temporais actividades de atractivo turístico, envolvendo cidades e aldeias históricas, bem como, preservar e valorizar o património natural.

**Quadro 15 - Opinião dos inquiridos em relação às medidas a implementar.**

Medidas a tomar...	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>
Divulgar a nível nacional e internacional a Região.	6	2	1		
Promover mais os produtos regionais já existentes.				1	1
Criar novos produtos regionais e divulgar mais aqueles que já existem.	2	3	3	2	
Mais incentivos para as empresas.			1		2
Melhorar as acessibilidades e as infra-estruturas de determinados locais de interesse turístico acessibilidades á região.	1		2		1
Diversificar em termos temporais actividades de atractivo turístico, envolvendo cidades e aldeias históricas.		3		1	
Preservar e divulgar os locais históricos.					2
Preservar e valorizar o património natural.		2	2	3	1
Aumentar e diversificar a oferta turística em termos de lazer e actividades desportivas.	1		1	2	
Aumentar a oferta em termos de apoio ao turista.					1
Promover campanhas promocionais na região.				1	
Maior divulgação dos eventos culturais/religiosos da região.					1
Recursos humanos mais qualificados na área do turismo.					1
Total	10	10	10	10	10

No conjunto das quinze medidas, as medidas que menos vezes foram referidas pelos inquiridos, foi a necessidade de divulgar mais os eventos culturais e religiosos da região e a necessidade de se aplicarem medidas que levem a que a região seja dotada de recursos humanos mais qualificados na área do turismo.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O debate sobre a sustentabilidade do turismo foi claramente influenciado pela evolução do conceito de desenvolvimento sustentável. Assim, para perceber as origens e o conceito de turismo sustentável, em primeiro lugar é necessário compreender o conceito de desenvolvimento sustentável, bem como a evolução que o próprio conceito sofreu ao longo do tempo. Por outro lado, desenvolvimento sustentável no turismo não se refere

unicamente a um problema de adequação da vertente ecológica a um processo social, mas a uma estratégia multi-dimensional da sociedade, que deve ter em atenção tanto a viabilidade ambiental como a económica.

Pelo peso deste sector no Produto Interno Bruto (PIB) nacional e o seu contributo na taxa de emprego, o sector do turismo apresenta-se como um dos mais importantes, mais dinâmicos e mais dinamizadores da economia nacional.

Na unidade territorial “Serra da Estrela”, o turismo é uma actividade económica extremamente importante, desempenhando um papel decisivo em termos do crescimento e do desenvolvimentos dos quinze Concelhos que dela fazem parte. Dada a grande importância económica que o turismo tem na “Serra da estrela”, é um imperativo que o seu desenvolvimento se faça de uma forma sustentável, pois só assim será possível diminuir, por um lado, as assimetrias regionais existentes entre os seus Concelhos e, por outro lado, as assimetrias regionais existentes entre as várias unidades territoriais de Portugal.

Apesar de estarmos conscientes que o desenvolvimento sustentável do turismo vai de encontro às necessidades das regiões turísticas, pois protege e aumenta as oportunidades de desenvolvimento dessas mesmas regiões, o estímulo a um turismo sustentável na região “Turismo da Serra da Estrela” parece estar ainda longe de todas as suas potencialidades.

## **7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS**

- Baptista, M. (1997). *Turismo Competitividade Sustentável*. Porto: Editora Verbo.
- Comissão das Comunidades Europeias (CCE, 2006). *Uma política de turismo europeia renovada: Rumo a uma parceria reforçada para o turismo na Europa, COM (2006) 134 final*. Bruxelas: Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Cunha, L. (1997). *Economia e Política do Turismo*. Lisboa: McGraw-Hill de Portugal.
- Hardy, A.L. e Beeton, R.S. (2001), “sustainable tourism or maintainable tourism: managing resources for more than average”, *Journal of Sustainable Tourism*, Volume II, pp168-192.
- Instituto Nacional de Estatística (2009). *Anuários estatísticos das NUT`S II*. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (2009). *Anuário estatístico da Região Centro NUT`S II*. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (2008). *Anuário estatístico da Região Centro NUT`S II*. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (2007). *Anuário estatístico da Região Centro NUT`S II*. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (2006). *Anuário estatísticos da Região Centro NUT`S II*. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (2005). *Anuário estatístico da Região Centro NUT`S II*. Lisboa: INE.

- Instituto Nacional de Estatística (2004). Anuário estatístico da Região Centro NUT`S II. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (2003). Anuário estatístico da Região Centro NUT`S II. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (2002). Anuário estatístico da Região Centro NUT`S II. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (2001). Anuário estatístico da Região Centro NUT`S II. Lisboa: INE.
- Manso, J. R. Pires (1996). Estatística Descritiva e Previsão, 2ª ed, UBI.
- Ministério da Economia e da Inovação (MEI, 2008). Decreto-Lei n.º67/2008, aprova o regime jurídico das áreas regionais de turismo de Portugal Continental e dos Pólos de Desenvolvimento Turístico, a delimitação e características. *Diário da República*, 1.ª Série, 71, 10 de Abril.
- Pestana, M., Gageiro, J. (2000), “Análise de dados para Ciências Sociais: a complementaridade do SPSS, 2ª ed., Edições Sílabo, Lisboa.
- Silva, J.A. (2000). *Turismo e Natureza*. Lisboa: Ciclo de Debates do Instituto de Turismo de Portugal, pp53-62.